



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB**  
**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS-CAMPUS IX**  
**LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

**TATIARA SENA DE CARVALHO BRANDÃO**  
**YARA MONTEIRO DA SILVA**

**CONTRIBUIÇÕES DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL PARA O**  
**DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO PEDAGÓGICO:**  
**DESAFIOS E PERSPECTIVAS**

**BARREIRAS – BA**  
**2021**

TATIARA SENA DE CARVALHO BRANDÃO  
YARA MONTEIRO DA SILVA

CONTRIBUIÇÕES DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL PARA O  
DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO PEDAGÓGICO:  
DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Colegiado de Curso de Pedagogia do Departamento de Ciências Humanas - DCH, Campus IX da Universidade do Estado da Bahia - UNEB, como requisito parcial para conclusão do curso de graduação, Licenciatura Plena em Pedagogia.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup>. Dra. Simone Leal Souza Coité

BARREIRAS – BA  
2021

FICHA CATALOGRÁFICA  
Sistema de Bibliotecas da UNEB

B821c Brandão, Tatiara Sena de Carvalho

Contribuições da avaliação institucional para o desenvolvimento do trabalho pedagógico: desafios e perspectivas / Tatiara Sena de Carvalho Brandão, Yara Monteiro da Silva. - Barreiras, 2021.  
44 fls.

Orientador(a): Prof. Dr<sup>a</sup>. Simone Leal de Souza Coité.

Inclui Referências

TCC (Graduação - Pedagogia) - Universidade do Estado da Bahia.  
Departamento de Ciências Humanas. Campus IX. 2021.

1.Educação - Administração. 2.Avaliação Institucional. 3.Pedagogia.  
4.Educação - História.

CDD: 371

TATIARA SENA DE CARVALHO BRANDÃO  
YARA MONTEIRO DA SILVA

**CONTRIBUIÇÕES DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL PARA O  
DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO PEDAGÓGICO:  
DESAFIOS E PERSPECTIVAS**

Monografia avaliada e aprovada em 16/ 07/ 2021 pela comissão formada pelos  
seguintes professores:

*Simone Leal Souza Coité*

---

**Simone Leal Souza Coité (Orientadora)**  
**Universidade do Estado da Bahia-UNEB- Campus IX**

*Ana Jovina D. C. de Carvalho*

---

**Professor (a) Me. Ana Jovina Carvalho**  
**Universidade do Estado da Bahia-UNEB- Campus IX**

*Sandra Cristina Lousada de Melo*

---

**Professor (a) Me. Sandra Cristina Lousada de Melo**  
**Universidade do Estado da Bahia-UNEB- Campus IX**

BARREIRAS-BA  
2021

*A primeira condição para que um ser humano possa assumir um ato comprometido está em ser capaz de agir e refletir” e “quanto mais for levado a refletir sobre sua situacionalidade, sobre seu enraizamento espaço-temporal, mais emergirá dela conscientemente carregado de compromisso com sua realidade da qual, [...], não deve ser simples espectador” (FREIRE, 1985)*

## AGRADECIMENTOS

Agradecemos a Deus por nos proporcionar esse momento de alegria pela conclusão de nosso curso, diante de tantas dificuldades nos fortaleceu e nos uniu para a realização deste trabalho.

À professora orientadora Dr<sup>a</sup> Simone Leal Souza Coité que nos proporcionou a honra de assumir a orientação e a realização deste trabalho em um momento de perda do nosso mestre e amigo Itarajú Queiroz do Santos e Maria da Paixão Bastos Monteiro (*in memoriam*), que muito contribuíram para a nossa formação e acreditaram em nosso potencial, deixamos aqui essa homenagem.

Aos nossos familiares pela compreensão e ajuda no decorrer de nossa vida acadêmica, transmitindo muito carinho, encorajando, estimular a seguir o caminho da vitória.

Agradecemos também aos demais professores, profissionais e colegas da UNEB, que disponibilizou de seu tempo para carinhosamente nos ajudar nesse percurso acadêmico.

## **RESUMO**

Esse trabalho objetivou investigar quais as contribuições da avaliação institucional para o desenvolvimento do trabalho pedagógico com seus desafios e perspectivas, com base na revisão de literatura. Para tanto foi realizada uma pesquisa com abordagem qualitativa, do tipo bibliográfica, baseada em análises descritivas sobre a avaliação institucional, a exploração de artigos, livros e dissertações. A base epistemológica desta investigação foram as discussões de Dias (2005), Fernandes (2007), Esteban (2008), Freitas (2009) e Lück (2012) que abordam acerca do contexto histórico, importância, conceitos, concepções, princípios, gestão democrática e fundamentos legais que regem a avaliação institucional no contexto escolar. As discussões apresentadas neste estudo revelaram que a avaliação institucional contribui de forma significativa nos processos de desenvolvimento do trabalho pedagógico para o ensino e aprendizagem dos indivíduos. Entende-se que por meio do desenvolvimento dos processos de avaliação institucional no âmbito escolar é possível implementar uma cultura de avaliação, com foco no conhecimento das potencialidades e fragilidades da escola, a participação da comunidade interna e externa, bem como, a utilização dos resultados para a busca de caminhos voltados a superação dos problemas identificados, a melhoria das práticas pedagógicas e a qualidade do ensino.

Palavras-chave: avaliação institucional; ensino e aprendizagem; gestão democrática.

## **ABSTRACT**

This work aimed to investigate the contributions of institutional evaluation to the development of pedagogical work with its challenges and perspectives, based on the literature review. For that, a research with a qualitative approach, of the bibliographic type, was carried out, based on descriptive analysis on institutional evaluation, the exploration of articles, books and dissertations. The epistemological basis of this investigation was the discussions of Dias (2005), Fernandes (2007), Esteban (2008), Freitas (2009) and Lück (2012) that address the historical context, importance, concepts, conceptions, principles, democratic management and legal foundations governing institutional assessment in the school context. The discussions presented in this study revealed that institutional assessment significantly contributes to the development processes of pedagogical work for the teaching and learning of individuals. It is understood that through the development of institutional evaluation processes in the school environment it is possible to implement an evaluation culture, focusing on the knowledge of the potential and weaknesses of the school, the participation of the internal and external community, as well as the use of the results to search for ways to overcome the identified problems, improve pedagogical practices and the quality of teaching.

Keywords: institutional assessment; teaching and learning; democratic management.

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

**BNCC-** Base Nacional Comum Curricular

**ENEM-** Exame Nacional do Ensino Médio

**IDEB-** Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

**INEP-** Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

**LDB-** Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional

**MEC-** Ministério da Educação

**OCDE-** Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico

**OIs-** Organizações Internacionais

**OMS-** Organização Mundial da Saúde

**PDE-** Plano de Desenvolvimento da Escola

**PISA-** Programa Internacional de Avaliação de Aluno

**PNE-** Plano Nacional de Educação

**PPP-** Projeto Político Pedagógico

**SAEB-** Sistema de Avaliação da Educação Básica

**TCC-** Trabalho de Conclusão de Curso

**TIC-** Tecnologia de Informação e Comunicação

**UNEB-** Universidade do Estado da Bahia

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>CAPÍTULO I-AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: CONCEITO, PRINCÍPIOS E PRÁTICAS.....</b>	<b>13</b>
1.1 A AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: CONTEXTO HISTÓRICO E FUNDAMENTOS LEGAIS.....	13
1.2 AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: IMPORTÂNCIA, PRINCÍPIOS, CONCEITOS E CONCEPÇÕES .....	17
1.3 CONTRIBUIÇÃO DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL PARA A GESTÃO DEMOCRÁTICA .....	28
<b>CAPÍTULO II - A PESQUISA E SEUS COMPONENTES .....</b>	<b>33</b>
2.1 PROBLEMA.....	33
2.2 OBJETIVOS .....	33
<b>2.2.1 Objetivo Geral.....</b>	<b>32</b>
<b>2.2.2 Objetivos Específicos.....</b>	<b>33</b>
2.3 ABORDAGEM E TIPO DE PESQUISA.....	33
<b>2.3.1 Pesquisa com abordagem qualitativa .....</b>	<b>33</b>
<b>2.3.2 Pesquisa do tipo bibliográfica e exploratória .....</b>	<b>36</b>
<b>CAPÍTULO III-ACHADOS DA PESQUISA: ANÁLISE, CONTRIBUIÇÃO E DESAFIOS DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO PEDAGÓGICO.....</b>	<b>37</b>
3.1 ANÁLISE DOS DADOS: O QUE A PESQUISA NOS REVELA.....	37
3.2 CONTRIBUIÇÕES DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL .....	38
3.3 DESAFIOS DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL.....	39
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>41</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>43</b>

## INTRODUÇÃO

A avaliação institucional constitui-se uma importante ferramenta para qualquer instituição escolar, foi partindo dessa curiosidade e reflexão, que optamos por realizar esta pesquisa. Na busca de compreender a importância e contribuição da avaliação institucional para o desenvolvimento do trabalho pedagógico. A avaliação institucional permite, dentre outras contribuições, a análise do processo do fazer pedagógico, pois é por meio desta que será possível nortear as mudanças necessárias para alcançar a qualidade do ensino. Essa avaliação deverá ser feita sem julgamentos, focada em melhoria do ensino para os estudantes e a melhoria da qualidade educacional.

As pesquisas voltadas para avaliação institucional revelam inúmeros dilemas e desafios. Nesse contexto, emerge uma questão relevante: de que forma a avaliação institucional poderá contribuir para o desenvolvimento do trabalho pedagógico?

Diante dessa questão podemos afirmar que, toda e qualquer instituição tem responsabilidade e compromisso com os resultados de sua avaliação institucional, considerando esta avaliação como sendo de grande importância para o autoconhecimento, a fim de buscar as melhorias necessárias. A avaliação institucional é um instrumento de grande importância também para a prática pedagógica, pois é por meio dos processos de avaliação institucional que a gestão escolar, a gestão pedagógica e o corpo docente tenham ciência do que precisa ser melhorado na condução do seu trabalho, dos resultados da escola e das práticas pedagógicas.

A Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/96, Art. 3º, inciso IX, preconiza acerca da necessidade de a escola manter padrão de qualidade na oferta dos processos de ensino e aprendizagem, com vistas à garantia de uma educação com qualidade para os estudantes. Desse modo, considera-se importante que a avaliação institucional seja consolidada de forma eficaz, atentando-se para as inovações e mudanças na metodologia utilizada, quando estas forem necessárias.

O ambiente educacional deverá ser um espaço rico em aprendizado, o qual deve proporcionar condições para que todas as instâncias se avaliem. Sendo assim, o objetivo geral desse estudo é investigar quais as contribuições da avaliação institucional para o desenvolvimento do trabalho pedagógico com seus desafios e perspectivas, com base na revisão de literatura.

Sendo o objetivo geral desdobrado em objetivos específicos, a saber: Compreender os aspectos históricos e fundamentos legais que regem a avaliação institucional; Discutir acerca

da importância, princípios, conceitos e concepções da avaliação institucional; Identificar as contribuições da avaliação institucional para a gestão democrática.

Cabe mencionar que a superação dos problemas identificados e vivenciados no contexto escolar demandará de todos os envolvidos uma atuação comprometida e competente com foco na transformação desta realidade. Nessa perspectiva, compreendemos que a escola caminha junto com a família nesse processo de formação social e contribuição no ensino, aprendizagem e estrutura escolar de qualidade para os indivíduos, desafio que deve ser enfrentado por todos os envolvidos.

Assim, construímos a pesquisa do tipo bibliográfica contendo uma estrutura dividida em capítulos. No primeiro capítulo, abordamos de forma esclarecedora a revisão de literatura dialogada com diversos autores que trazem fundamentos referentes à avaliação institucional. O segundo capítulo, apontamos o tipo de pesquisa, abordagem e seus componentes essenciais para o desenvolvimento do trabalho pedagógico. Por fim, o terceiro e último capítulo, apresentamos os achados da pesquisa, trazendo as análises, contribuições e desafios da avaliação institucional para o desenvolvimento do trabalho pedagógico.

Esse trabalho investigativo tem o propósito de alargar as discussões no campo da avaliação institucional, com vistas à investigar sobre as contribuições da avaliação institucional para o desenvolvimento do trabalho pedagógico com seus desafios e perspectivas, com base na revisão de literatura. Assim, possibilitar a promoção para a formação social e a integração da família em um processo de ensino-aprendizagem que seja dinâmico e envolva todos os integrantes da escola.

## CAPÍTULO I

### AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: CONCEITOS, PRINCÍPIOS E PRÁTICAS

#### **1.1 A Avaliação Institucional seu contexto histórico e fundamentos legais**

Desde 1930 já ocorria debates de como avaliar o processo de ensino, porém, esse processo se restringia apenas em avaliar o estudante, se o mesmo havia atingido os objetivos estabelecidos no processo de ensino. Porém, atualmente a avaliação institucional possui novos horizontes no que se refere à avaliação no contexto escolar, o foco agora não é só os alunos, pois ampliou suas fronteiras com professores, coordenadores, direção e demais profissionais atuantes.

Conforme Freitas e Silveira (1997), a avaliação institucional ganhou destaque no ano de 1960 devido ao aumento das universidades no mundo, principalmente em nosso país. Já em 1970 surgiram muitas universidades privadas e ao longo dos anos as universidades públicas vêm perdendo seu prestígio e credibilidade. Segundo Leineker; Valentini; Vargas (2008), é necessária a avaliação institucional com o objetivo de apontar os problemas e limitações do sistema, buscando melhoria na qualidade de ensino. Só assim, a universidade pública mostrará seu prestígio e seu direcionamento e comprometimento educacional mediante a conquista ao espaço que perdeu, com os inúmeros aumentos de universidades particulares.

No ano de 1973, a avaliação institucional ganhou destaque, pois possuía muitas produções teóricas, e as universidades demonstraram interesse no tema ao oferecer cursos de formação em avaliação. Abrangendo questões éticas, políticas, pedagógicas e técnicas em avaliação institucional trouxe um novo norte a educação, facilitando a compreensão e apontando soluções na tomada de decisões provocando mudanças e melhorias no ensino e aprendizado dos indivíduos.

Por meio do conhecimento das fragilidades e soluções para as demandas no âmbito escolar, o modelo da proposta pedagógica dos anos 70, passou por mudanças para atender uma nova demanda de educação. Para Sulzbach(2011), o Brasil passou por reforma educacional em 1980, em um período que o governo de oposição, se posicionam contra a política educacional determinada pelo governo militaristas. Essa reforma ainda demorou para ser determinada de forma concreta e foi promulgada com a Lei da LDB- 9.394/96.

Sulzbach(2011), menciona que com a nova reforma o Projeto Político Pedagógico, teve que passar por transformações englobando aspectos que abordam a educação na ordem econômica, política, social e cultural. Assim, o PPP passa a contemplar a participação de todos, inclusive da comunidade externa que passará a entender e superar a ideia de que avaliação é um meio de punição, castigo ou prêmio. Esse julgamento deve ser superado, tendo a consciência que a avaliação é um processo necessário ao avanço da educação. Desse modo, para que a gestão seja democrática com visão pautada em uma educação básica de qualidade, faz-se necessário que todos estejam comprometidos com avaliação institucional que desde de 1973, já ganhava espaço nas instituições públicas.

Para Santos(2013), a avaliação por ser visto por muitos como um instrumento de controle burocrático, ainda permanece muita resistência ao processo da avaliação institucional. Por isso, é preciso implementar ações voltadas para a cultura de avaliação, sensibilização e disseminação da ideia de que avaliar é necessária e contribui para a qualidade do ensino e aprendizagem escolar.

A escola tem sua autonomia garantida desde questões burocráticas e hierárquicas, portanto para a construção de uma gestão democrática torna-se indispensável à participação de todos, inclusive da comunidade na qual a escola está inserida. A exemplo disso, o PPP que na sua elaboração deve proporcionar a participação de todos, visto que por meio desse instrumento pedagógico poderá alcançar os objetivos apontados no que se refere as fragilidades e pontos a serem melhorados para o desenvolvimento institucional. Assim, a avaliação institucional pode ser considerada uma grande aliada para a transformação.

Na Educação Básica ainda é bem recente a prática da avaliação institucional, porém a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9394/96, assegura em seu artigo 9º no inciso VI que, o processo de avaliação escolar no ensino fundamental, médio e superior, com consonância os sistemas educacionais, objetiva a melhor qualidade do mesmo. Assim como, a LDB aponta, a obrigatoriedade da qualidade do ensino, a avaliação institucional por meio da aplicação de testes faz com que fortaleça essa obrigatoriedade imposta pela lei, tendo em vista a qualidade do ensino.

A avaliação institucional, está tomando direções que potencializam a educação em todos os níveis de ensino, demonstrando ações concretas que qualifique, contribui para melhoria do ensino e redimensiona as práticas pedagógicas. Nesse sentido, para a análise do desenvolvimento das instituições e dos indivíduos teve a necessidade de uma avaliação que pudesse obter informações e dados do coletivo. A avaliação institucional faz esse papel

voltado para as etapas de coleta, diagnóstico e preparação de ações com o propósito de promover a solução das fragilidades que afetam a qualidade do ensino e aprendizagem.

Segundo Limeira (2002, p. 4),

É preciso compreender que a avaliação institucional faz parte do contexto educacional mundial já há algumas décadas. Nessa conjuntura, as Organizações Internacionais (OIs) são as principais disseminadoras desses processos avaliativos. As OIs são instituições criadas entre dois ou mais Estados (países) e seus governos a partir de acordos internacionais com finalidades diversas. Suas ações se ampliaram e se fortaleceram em várias partes do mundo desde 1990.

A avaliação institucional ganhou nos últimos tempos um espaço importante nas escolas. Esse processo repercutiu a partir dos anos 90, tendo os seguintes objetivos: avaliar o ensino das escolas públicas; possibilitar a democratização e transformação das instituições, focando sempre na qualidade do ensino no âmbito das práticas pedagógicas.

O Ministério da Educação (MEC), no ano de 1995, deu ênfase nas ações que atuam diretamente com a avaliação da educação escolar, sendo que essa dinâmica deve ser aplicada na escola de forma a atingir o todo. Com essa avaliação pode-se diagnosticar as lacunas desse processo no que se refere à qualidade educacional, e diante dos problemas identificados a busca por soluções que contribuam para a melhoria da educação. Para Fernandes (2007, p. 15),

Existe certo tabu em relação à Avaliação Institucional, é um assunto que muitos temem, alguns consideram difícil, outros acham que é politicamente proibido. Estas relações dificultam a construção de um processo avaliativo confiável, voltado para a qualidade do ensino, a recuperação da dignidade profissional do educador e a autonomia da escola.

Os dados que emergem de uma pesquisa de avaliação institucional têm por finalidade o diagnóstico da necessidade de mudanças na instituição, desde que seja desenvolvida com base em critérios bem definidos, mostrando assim a qualidade do ensino e a necessidade de enfrentamento das dificuldades no que se refere à autonomia da escola. Isso com a participação efetiva e coletiva de todos os profissionais e estudantes que compõe a instituição escolar. Deve contar com a participação de alunos, professores, da coordenação pedagógica, gestão escolar e de um representante da sociedade civil, buscando manter sempre a transparência e a honestidade dos fatos. Assim, visa o levantamento dos pontos positivos e negativos, tendo em vista sempre a melhoria dos processos de ensino e aprendizagem.

É importante destacar que, os resultados obtidos permitirão a comunidade escolar uma reflexão acerca dos processos desenvolvidos no âmbito educativo, quais fragilidades e pontos positivos para que de forma coletiva sejam traçados novos caminhos e plano de ação eficaz. Luck (2006, p. 44), afirma que;

Compartilhar poder, vale dizer, implica compartilhar responsabilidades por decisões tomadas em conjunto como uma coletividade e o enfrentamento dos desafios de promoção de avanços, no sentido de melhoria contínua e transformações necessárias.

Dessa forma, a avaliação institucional deve ser focada no coletivo, ou seja, deve ser feita por todo o corpo escolar, juntamente com a comunidade externa. Seus interesses demandam fragilidades, melhorias e ampliação do conhecimento que devem ser discutidos dentro da temática da avaliação. Todos devem ter acesso ao processo de ensino e aprendizagem, podendo assim apontar o que precisa de mudanças ou alterações para chegar ao resultado esperado ao fim do processo avaliativo, pois ao analisar avaliação institucional, temos que ressaltar a importância deste instrumento para todo o corpo escolar, porque através do diagnóstico apresentado é possível planejar, redimensionar, organizar e ampliar ações que nortearão e potencializarão o desenvolvimento crítico e democrático. Isso, por meio do conhecimento das fragilidades e soluções para as demandas no âmbito escolar.

Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/96) constam os artigos 12 e 14 que tratam do conjunto de normas e diretrizes que abordam a avaliação institucional da educação básica do Brasil;

O artigo 12 estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de: I- elaborar e executar sua proposta pedagógica; VII- informar pai e mãe, conviventes ou não com seus filhos, e, se for o caso, os responsáveis legais, sobre a frequência e rendimento dos alunos, bem como sobre a execução da proposta pedagógica da escola; (Redação dada pela Lei nº 12.013, de 2009).

Mediante a citação prevista no artigo 12, inciso I e VII, a educação básica do Brasil é norteada pelo princípio de organização, sendo que os estabelecimentos de ensino devem elaborar e executar um plano maior de educação, por meio do Projeto Político Pedagógico que deve direcionar as ações pedagógicas de ensino e aprendizagem, assegurando o cumprimento de uma carga horária mínima e fortalecendo as relações da instituição com a comunidade.

Assim, a avaliação institucional se configura a partir das necessidades de ampliar leques de informações sobre a instituição no referido ensino, aprendizado e desenvolvimento da vida escolar do aluno e seus componentes, tendo como relevância os processos avaliativos que serviram para a evolução dos fins educativos da escola e reconhecimento da interdependência dos diversos objetos que serão analisados para a efetivação das interferências. No artigo 14 da LDB, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996;

Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I- Participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto da escola; II- Participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Verifica-se que os sistemas de ensino devem definir suas normas de gestão obedecendo às características regionais, inserindo no PPP, que deve ser elaborado e executado por toda equipe escolar e comunidade, os anseios políticos e as características econômicas e culturais da comunidade na qual a escola está inserida. As normas e leis propõem sempre a ligação dos instrumentos para que o processo de ensino e aprendizagem tenha êxito.

Segundo Dias Sobrinho (2005, p.34), há uma concepção que, “a avaliação institucional revitaliza o exercício da democracia”, ou seja, o sistema de ensino precisa de algo a mais para manter o feedback, onde todos da comunidade possam participar.

O Plano Nacional de Educação, Lei nº 13.005 de 25 de Junho de 2014 no art. 11, prever a constituição de um conjunto de indicadores de avaliação institucional com base nos seguintes critérios: perfil do aluno e do corpo de profissionais da educação; nas condições de infraestrutura das escolas; nos recursos pedagógicos disponíveis; nas características de gestão e em outras dimensões relevantes; considerando as especificidades das modalidades de ensino.

Para a escola garantir o cumprimento dos dispositivos legais, faz-se necessário o acompanhamento dos processos de ensino e aprendizagem, levando em consideração não somente os aspectos políticos, mas o contexto como um todo, com o propósito de melhorar o desenvolvimento do processo pedagógico, administrativo e social da instituição.

## **1.2 Avaliação Institucional: Importância, Princípios, Conceitos e Concepções**

A avaliação institucional é uma ferramenta indispensável para o fazer pedagógico, visto que se configura como instrumento para análise dos fatos, com foco na busca de melhores resultados para a instituição escolar. Nesse sentido, a avaliação institucional deve abranger todos os atores educacionais, visto que a promoção de uma educação de qualidade será possível com a participação de todos os membros da comunidade escolar.

Em face, à importância da avaliação institucional para a área educacional, faz-se necessário que os profissionais da educação compreendam o processo de avaliação institucional como mecanismo de melhoria do fazer pedagógico, em detrimento a visão de um instrumento de avaliação voltado para prática opressora.

Segundo Freitas (2009, p.11), “com a avaliação institucional, o que se espera, é que o coletivo da escola localize seus problemas, suas contradições, reflita sobre eles e estruture situações de melhoria ou superação”. Logo, avaliar uma instituição educacional implica em diagnosticar os problemas existentes com foco nos processos de superação das fragilidades e a

busca por caminhos voltados a mudança do ambiente organizacional, dos processos educativos e as práticas pedagógicas.

Muito se tem discutido acerca dos tipos de avaliações dentro das escolas, em consequência disso pode se perceber a necessidade de ter novos instrumentos para o diagnóstico de problemas ou futuros problemas que podem ocorrer no desenvolvimento do ensino escolar. Mas para que seja perceptível o problema encontrado durante o diagnóstico, é importante saber mais sobre as avaliações, inclusive a avaliação institucional e para que isso aconteça ao analisar esse instrumento tem que se aprofundar nos conceitos que ele oferece, conhecer o contexto onde a escola está inserida e o melhor momento para o desenvolvimento das práticas avaliativas no âmbito escolar.

Brandalise (2010), menciona alguns níveis de avaliação, assim, o ensino e aprendizado dos alunos avaliado dentro da sala de aula é o nível microssociológico, ou seja, de acordo com a natureza das interações sociais humanas cotidianas. O nível microssociológico da avaliação ocorre no âmbito da sala de aula, é a avaliação da aprendizagem, de responsabilidade do docente. Ela deve ter caráter fortemente formativo, ser contínua e baseada na reflexão do processo ensino e aprendizagem.

O nível mesossociológico da avaliação é aquele que envolve a análise de uma instituição escolar na sua totalidade, ou seja, engloba todos os componentes do processo educacional: gestão e organização da escola, processo ensino-aprendizagem, currículo, qualificação docente, infraestrutura escolar, resultados educacionais, perfil socioeconômico dos alunos, ação da escola com a sociedade, participação dos pais, entre outros aspectos da escola.

O nível macrossociológico da avaliação é aquele desenvolvido em âmbito nacional, por organismos externos à escola, e objetiva verificar a qualidade do ensino e da educação no país. No Brasil, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP é o responsável por coordenar os processos de avaliação externa às escolas. A exemplo, pode se mencionar a Prova Brasil, o Sistema de Avaliação da Educação Básica - SAEB, o Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM.

O INEP foi criado em 1937, para dá viés nas políticas públicas educacionais, também, é o responsável por aplicar os testes avaliativos nas instituições e analisar os resultados que são publicados. A educação com o passar dos tempos necessitou de instrumentos que qualificassem a mesma, nesse sentido o INEP traz essa segurança de dados que oportuniza a identificação de fragilidades, problemas que prejudicam e dificultam o processo de ensino e aprendizagem.

Desde então passou a perceber a necessidade de qualificar o ensino de forma a deixar os indivíduos participantes no meio educacional, isso aprimora o desenvolvimento do mesmo com um fiscalizador da educação nacional, que passa a ser monitorada por um instrumento que o INEP fiscaliza que é o SAEB, assim os resultados permitem que haja reformas nas políticas públicas e assegura um ensino de qualidade e garantia educacional para todos, com os diagnósticos encontrados na aplicação da avaliação institucional, pode-se modificar a ideia de que a escola pública não se constitui um ensino de qualidade, portanto assim poderá auxiliar na contribuição desse percurso de qualificação do ensino, ao sanar as fragilidades.

Por fim, temos o nível megassociológico da avaliação que é desenvolvido por organismos internacionais na busca de fixar padrões de desempenho, de referência para a criação de metas e diretrizes para os sistemas educacionais de diferentes países, em nível global. Nesse modelo, o Programa Internacional de Avaliação de Alunos - PISA, coordenado pela Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE.

A avaliação institucional é um procedimento feito em uma proporção em maior escala da instituição. No caso específico das escolas de Educação Básica, a avaliação pode ser externa sendo utilizada a Prova Brasil, o SAEB e o IDEB ou interna que é feita dentro da própria escola, por meio da avaliação institucional que possibilita o diagnóstico de problemas de várias origens, dentre os quais, no ensino, no aprendizado, na estrutura, na falta de materiais e outros.

Desde os anos 90, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), possibilita a constatação dos níveis educacionais e o diagnóstico de fragilidades no processo de ensino e aprendizagem. Sendo esse sistema um instrumento avaliativo externo que contribui na verificação e no diagnóstico das dificuldades enfrentadas nos processos de ensino e aprendizagem das instituições públicas no âmbito Municipal e Estadual. São participantes desse processo avaliativo professores, estudantes e diretores, não sendo obrigatória para escolas particulares. No decreto nº 9.432, de 29 de junho de 2018, o art. 84, caput, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e na Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, no artigo V dispõe que:

O Saeb é um conjunto de instrumentos que permite a produção e a disseminação de evidências, estatísticas, avaliações e estudos a respeito da qualidade das etapas que compõem a educação básica, que são: I - a Educação Infantil; II - o Ensino Fundamental; e III - o Ensino Médio.

Assim, segundo o MEC (2017), “o SAEB tem como objetivo principal realizar um diagnóstico da educação básica brasileira a partir de aplicação de testes cognitivos”. A partir desse diagnóstico e informações da aprendizagem, passaram a ser subsidiado maneiras que

permitiram melhoria das políticas públicas que contribui para verificação do ensino-aprendizagem nas instituições educacionais, visando uma educação de qualidade com a participação coletiva.

Portanto, devido à necessidade de verificar a qualificação do ensino e aprendizagem, o INEP por meio do o SAEB promove a aplicação de testes, com a finalidade de obter dados sobre a educação que favoreçam as várias transformações educacionais. Nesse sentido, busca o aperfeiçoamento da avaliação com os diagnósticos, promovendo assim mudanças e garantindo um ensino de qualidade.

Contudo serão identificadas e sanadas as fragilidades que impedem o desenvolvimento do processo educacional de qualidade. Esse tipo de avaliação possibilita o corpo docente investigar, identificar e melhorar problemas no ensino, estruturais de aprendizagem e até mesmo trazer a comunidade para dentro da instituição escolar através do diálogo e intervindo no desenvolvimento dos trabalhos pedagógicos para qualificação do ensino.

Além da instituição, pode ser avaliado todos os campos que envolvem a escola, universidades ou instituto de ensino superior como: o currículo, projeto político pedagógico, docentes, aprendizagem, ensino, políticas públicas, projetos e programas. Assim, mediante ao diagnóstico e constatação de falhas e erros pode se direcionar com debates, buscando melhorias que possa estar mediando esse ensino, desenvolvendo o aprendizado e ampliando o leque de ideias padronizando a formação dos discentes para o desenvolvimento humano e social.

A avaliação institucional na educação básica brasileira ainda não ganhou espaço significativo, isso se deve à falta de formação dos profissionais para desenvolvê-la e o desconhecimento de fundamentos teóricos e metodológicos sobre esse instrumento de análise. Desse modo, a avaliação institucional deve ocorrer com o objetivo de identificar suas vulnerabilidades e capacidade para desenvolver a intervenção com resolução de problemas. Assim, avaliação institucional trará resultados como: análise das próprias fragilidades, organização de ações, potencialidades, a busca pela referência, socialização do coletivo e o desenvolvimento profissional.

A escola é uma instituição social responsável pela formação humana cada vez mais cobrada para que realize um trabalho de excelência. Segundo Rocha (1999), há uma necessidade em avaliar a escola, dentre essas razões ele lista: as razões de ordem sócio econômica, político administrativa, razões de ordem científico pedagógico e razões de ordem legal. Esse instrumento funciona como um termômetro, pois através dele podemos analisar a real situação que a escola se encontra, tanto nos seus processos formais e informais, no que

está implícito e explícito, portanto, seu caráter é formativo. Mas para que aconteça de forma a contribuir com a qualidade do ensino e da aprendizagem deve haver uma análise dessa intervenção com etapas a serem seguidas, a saber: preparação, implementação e síntese. Estas etapas possibilitam a preparação desse instrumento em sua elaboração e aplicação, com vistas a sua adequação para cada escola ou contexto social, político e cultural, na qual se encontra inserida.

Após o desenvolvimento do instrumento e sua aplicação, a análise e interpretação dos dados deverão ser organizadas para possíveis intervenções, com foco nas fragilidades encontradas na escola, de forma crítica que possibilite a solução quanto aos pontos frágeis identificados no processo de avaliação institucional.

Vale destacar que, no âmbito da avaliação institucional se apontam quais as necessidades inerentes as questões voltadas as melhorias no contexto escolar. Dentre as quais, pode-se mencionar as melhorias referentes à estrutura física, pedagógica, falta de material e de instrumentos para o auxílio e desenvolvimento das atividades pedagógicas e outras situações. Para Estebam (2008, p. 44),

A avaliação institucional deve conter todos os aspectos da vida escolar, no que diz respeito a estrutura, órgão de administração e gestão, meios e recursos, às finalidades educativas, aos currículos [...], aos valores e representações, às dimensões materiais e simbólicas, às relações interpessoais e às interações com o Estado, com a sociedade e com o meio local, aos sucessos e insucessos, aos percursos realizados e aos projetos de futuro.

Sendo assim, a partir do momento que, a gestão escolar se organiza para construir um processo de avaliação institucional, as etapas e procedimentos desta avaliação devem ter uma relação próxima com o PPP. Sobre isso, Fernandes (2002, p. 58), comenta;

O projeto pedagógico e a avaliação institucional estão intimamente relacionados. A não existência de um desses processos ou a separação deles trará danos para a própria escola, sem um projeto pedagógico que delimite a intencionalidade da ação educativa e ofereça horizontes para que a escola possa projetar seu futuro, faltará sempre à referência de todo o trabalho e suas concepções básicas.

A avaliação institucional constitui-se em investimento no aperfeiçoamento do PPP da escola. Assim, fica evidente o entendimento de que a avaliação e o PPP se ajustam e ajudam mutuamente. É importante que, a escola aproveite os dois processos para que ocorra esse aperfeiçoamento mútuo.

Para que o Projeto Pedagógico se estabeleça na escola, é fundamental o desenvolvimento de processos de avaliação institucional, no qual a escola e a comunidade estabeleçam diálogo, reflexão e a tomada de decisões voltadas para um ensino de qualidade

proporcionando assim diretrizes e princípios focados nos processos de ensino e aprendizagem dos alunos.

Podemos definir avaliação como o processo de análise estruturada e reflexiva, que nos permite compreender a natureza do objeto de estudo e fazer julgamentos de valor sobre ele, fornecendo informações para ajudar a melhorar e ajustar a ação educacional. Nesse contexto, a avaliação institucional deve ser priorizada, apesar de geralmente o professor se preocupar apenas com a avaliação de seus alunos.

O trabalho coletivo não é concebido como uma estrutura em seu funcionamento, a autoavaliação pode ser total de todos os aspectos ou limitada a algumas áreas específicas de acordo com as necessidades temáticas, disponibilidade de tempo e urgência na resolução de problemas. Podendo analisar os resultados dos alunos, organização de carga horária, relações, distribuição do espaço, trabalhar com diferentes métodos.

O ideal seria a avaliação considerar aspectos cognitivos, emocionais e sociais. A avaliação institucional, por sua vez, deve estar amparada em fundamentos políticos, técnicos, simbólicos e sociais como aborda Leineker, Valentini e Vargas (2008), o processo de avaliação institucional deve levar em consideração o contexto social em que a escola está inserida, sua realidade e como poderá contribuir para que ocorram as mudanças e melhorias necessárias, respeitando a individualidade de cada uma delas.

A avaliação institucional deve ser enquadrada dentro de uma concepção democrática e formativa, do qual todos os atores educacionais devem participar ativamente. Portanto, é importante centrar na própria avaliação da aprendizagem dos alunos, pois um ambiente altamente politizado, ou com experiências próximas de mudança e reestruturação facilita o processo de avaliação institucional, do contrário pode gerar suspeitas e a avaliação pode ser percebida como uma ameaça. Por isso, é extremamente importante a clareza e transparência em todo o processo. Para tanto, é importante que a comunidade educativa seja informada em tempo hábil sobre os objetivos do processo que devem ser de conhecimento por todos, para evitar surpresas e imprevistos na aplicação dos instrumentos.

Por outro lado, na perspectiva do ensino surge uma nova exigência no sentido de fomentar e contribuir para o desenvolvimento da criatividade, com o propósito de atender ao princípio do conhecimento como produção humana e em constante movimento, por meio da utilização de métodos que não sejam intimidadores ou excludentes. A participação na gestão e a avaliação das escolas requerem, entre outros, os conhecimentos técnicos e a responsabilização pela tarefa historicamente atribuída.

Para Santos (2013, p. 10), cumpre uma finalidade coletiva, social, cultural e pública. Ela representa um elevado grau de importância para a comunidade escolar e para a sociedade em geral que a mantém. Sendo assim, cabe a liderança da estrutura organizacional, a função de orientar o processo, pois é responsável direto pela mobilização do corpo docente, discente, coordenação pedagógica, funcionários e comunidade externa.

É muito importante que o aluno tenha a oportunidade de refletir sobre o próprio progresso na aprendizagem, pensar na metodologia utilizada pelo professor, analisar os recursos utilizados na gestão do ensino, rever a gestão do diretor, entre outros pontos. Para a gestão, a avaliação institucional promove a geração de informações relevantes para a tomada de decisões e o aprimoramento do projeto educacional como um todo.

Da mesma forma, deve preparar os alunos e com sua implementação oferecer aspectos que possam favorecer a obtenção do sucesso. Para os professores, colabora para o desenvolvimento de uma nova cultura profissional, endossa processos de reflexão sobre suas práticas em particular e a organização educacional em geral.

O medo é o atributo gerado, não apenas pelos estudantes, mas em qualquer pessoa que participa de processos avaliativos. Além de ser exposto pelo resultado de uma avaliação, os medos também se referem ao impacto que essas avaliações podem ter em: professores, funcionários administrativos, gestores e outros atores não são exceção, e em mais de uma ocasião é possível observar situações em que certas iniciativas de avaliação são travadas por tais medos. O descontrole dessas emoções determina, em grande medida, a forma como uma cultura de avaliação se constitui na instituição.

Para Belloni, Magalhães e Sousa (2007, p.10),

Na avaliação institucional busca-se tratar, de modo global e sistemático, uma instituição. São analisados as políticas institucionais e os programas e projetos desenvolvidos para implementação das políticas institucionais; é examinado o atendimento aos objetivos de cada uma das políticas e projetos, assim como a consecução dos objetivos e finalidades da instituição, isto é, a sua “missão institucional”.

Portanto, são diversos fatores que estão envolvidos neste processo de medos pessoais, a cultura de avaliação é confrontada pela soma de experiências passadas, a utilização de bons e maus instrumentos de avaliação, as habilidades e incompetência de quem realizam os processos de avaliação, a maturidade, formação dos avaliadores e avaliados, como explícitos ou implícitos são os critérios que serão usados para gerar julgamentos de valor e tomar decisões.

Essa cultura avaliativa é construída por cada ator individual e coletivamente, pois cada pessoa cria e recria, por meio de interpretações de situações específicas e por meio de

seu comportamento, o mundo em que vivem. Uma cultura de avaliação poderia ser definida, então, como o conjunto de valores, acordos, tradições, crenças e pensamentos que uma comunidade educacional atribui à ação avaliativa. Segundo Lück (2009, p. 126),

O conceito de cultura tem sempre como componentes o caráter coletivo e o processo de socialização como elemento de sua tecitura, uma vez que corresponde aos elementos comungados coletivamente pelos participantes da organização social. Torna-se necessário, no entanto, evidenciar que a sua constituição é tanto realizada pela ação de pessoas, consideradas individualmente, como a partir da ação de todos sobre o indivíduo. Há sempre uma relação bidirecional entre indivíduos e grupos, na formação, funcionamento e desenvolvimento da cultura. Todos vivemos numa cultura e dela nos alimentamos, assim como também a nutrimos com nossos pensamentos, palavras e atos – ou por nossa omissão, que é, em si, um ato de caráter negativo.

Além disso, em certos casos, a cultura é imposta a partir do currículo oficial, estabelecendo de forma mais ou menos explícita as relações de poder na educação, a exemplo disso à política sendo utilizada de forma ilegal, ou seja, uma ação que pode ser atribuído a uma cultura que omite a verdade no âmbito escolar. Em contrapartida, embora se reconheça a existência desses elementos, nem sempre é possível interferir, a partir dos comportamentos observados aqueles valores subjacentes no grupo social que constitui a comunidade educacional, essas crenças, tradições e práticas nem sempre são homogêneas e é difícil identificar denominadores comuns que nos permitem especificar as características de uma cultura de avaliação predominante na organização.

Lück (2009, p. 120), aborda que;

A cultura organizacional da escolas é dinâmica e se constitui num fenômeno vivo e ativo no qual as pessoas se renovam e criam relações múltiplas para manter seu ideário, há na cultura um elemento de permanência, mas também um elemento evolutivo que encobre e dissimula a subjetividade, daí porque, a compreensão da cultura organizacional ser desafiadora.

Além disso, a cultura organizacional possibilita mudanças necessárias para o aperfeiçoamento das relações que compreende as dimensões culturais, a exemplo disso, a evolução do conhecimento que contribui com novos conhecimentos cuja incorporação na vida do centro e da sala de aula produz efeitos positivos em si mesmos. Com a avaliação institucional é possível, detectar os níveis, funções, atitudes, relações ou comportamentos que revelam dificuldades, problemas, conflitos e irregularidades. O estudo destes elementos permite, depois de elencada uma ordem de prioridades, a tomada de decisões de melhoria e a posterior avaliação parcial, localizada em tais aspectos, mais detalhada e aprofundada do que a anterior.

A priori defendemos que a importância de desenvolver uma cultura de participação no campo educacional é inegável. É o caso do consenso gerado em torno das funções da

escola. Nesse sentido, as novas demandas da sociedade do século XXI exigem que formemos cidadãos capazes que possam contar com um patrimônio de conhecimentos que lhes permita conviver e enfrentar novos desafios, solucionar problemas que requer a participação consciente e comprometida de todos.

Para Lück (2011, p. 49), os aspectos administrativos são importantes, porém como elementos de base sobre os quais devem se acentuar orientações e ações mais abrangentes, com uma óptica interativa e dinâmica e uma nova concepção de realidade. Nesse sentido, a participação como condição e recurso promove o interesse, a reflexão coletiva, os acordos necessários sobre os pontos a serem avaliados, a decisão dos modelos de avaliação, o protagonismo dos atores envolvidos, bem como a articulação dos propósitos educacionais nas ações e orientações para a concepção do que é, para que serve a avaliação institucional no sentido da melhoria educacional.

A complexidade do ambiente social nos obriga a criar ambientes escolares que incentivem a discussão e o estabelecimento de acordos em um ambiente de tolerância e respeito. Assim, é importante conceber a participação como um conceito e processo que envolve a tomada de decisões de ambas as partes envolvidas nesse processo, entretanto, participar permite conhecer outros pontos de vista e adequar a busca pela melhoria contínua.

As práticas de ensino e avaliação realizadas em sala de aula numa perspectiva ampla, complexa e dinâmica, vinculam os princípios de um ensino adaptativo que leva em conta a pluralidade dos alunos por meio da diversificação das formas de atuação e da assistência pedagógica.

A análise das práticas educativas e da aprendizagem permite considerar uma espiral ascendente. Por um lado, a necessidade de promover uma ação docente reflexiva que possibilite o questionamento e a mudança em profundidade de crenças e pensamentos e, por outro, a urgência de buscar alinhamento, ou coerência, entre os diferentes níveis que compõem a prática educacional, como a instituição, a sala de aula e o próprio sistema educacional. De acordo com Menezes (2006, p. 64),

É necessário que o professor tenha, além de domínio em sua área de atuação, conhecimentos técnicos e habilidades específicas sobre Informática. Precisa conhecer quais ferramentas computacionais podem auxiliar sua prática e compreender como explorá-las para atender aos seus objetivos.

Cada instituição deve implementar políticas educacionais de modo a considerar o uso adequado das novas tecnologias, por meio, por exemplo, de cursos que ensinem como gerenciar ambientes virtuais, o uso de plataformas, bem como estratégias a serem implementadas para promover a autoavaliação dos alunos e o professor por meio das

Tecnologia de informação e comunicação - TIC, assim contribuindo no ensino e aprendizado dos envolvidos. Da mesma forma, é necessário refletir sobre as possibilidades específicas que cada instituição oferece para que todos os atores da comunidade educativa tenham acesso a cursos à distância, suporte virtual de disciplinas presenciais, disciplinas optativas.

Para Freire (1996), a escola tem um papel bem mais amplo do que simplesmente passar conteúdos, visto que ensinar exige compreender que a educação é uma forma de intervenção no mundo. A educação transforma o ser e o saber dos indivíduos, a escola amplia os olhares visto que devemos formar o cidadão para se tornarem seres críticos e sociáveis.

O espaço ampliado e contextual da escola está ligado ao exterior da escola, por isso é necessário começar a incluir uma abordagem de fora para dentro. Os problemas que mais ocupam a atenção das instituições educacionais não podem ser apenas os do seu território interno. O exterior é o lugar onde uma organização agrega ou desagrega legitimidade, ou seja, é lá no espaço externo onde uma instituição encontra sua verdadeira razão de ser.

Como em qualquer processo de evolução, a definição do objeto de avaliação baseia-se em uma finalidade específica, por sua vez, a delimitação dessa finalidade leva ao ajuste da definição do objeto, ou seja, pensar o projeto implica trabalhar, quase simultaneamente, com as seguintes dimensões: objeto, referentes, finalidade, comunicação e avaliador. O formativo ajuda a compreender os processos e fornecer caminhos para as decisões organizacionais da escola, uma vez que se tenha clareza sobre o quê e o porquê da sua avaliação, bem como quais são os critérios que serão usados. Como parâmetros de comparação do objeto em questão, é hora de procurar por "sinais", determinar pistas sobre a existência do objeto ou de qualquer de suas características. Fazer isso envolve encontrar sinais de algo que não é diretamente acessível, portanto, o entendimento de que, e o que se obtém permite fazer estimativas, mas não nos fornece evidências absolutas.

As indicações selecionadas devem ser registradas por meio de diferentes princípios, técnicas e instrumentos que permitam coletar as informações para a realização da tarefa de avaliação. Deve-se levar em consideração que os objetos de avaliação são de natureza diferente, bem como as indicações que são determinadas. Por isso, é necessário escolher ou construir os tipos de instrumentos que se adaptem às suas características e, mais ainda, ter um amplo leque de ferramentas que garantam a obtenção das informações necessárias.

Nesse caso, os critérios que foram determinados na terceira etapa do processo ocupam um lugar central, ou seja, a análise e interpretação das informações são realizadas com base em critérios estabelecidos, que funcionam como marcos ou parâmetros de comparação.

É importante mencionar que a análise e a interpretação das informações obtidas nas etapas anteriores fornecem a base para a formulação de juízos de valor no processo de avaliação, julgamentos esse que por sua vez, permitirão que as decisões subsequentes sejam tomadas de forma racional, de acordo com os objetivos prosseguidos pela avaliação.

A tomada de decisão adquire importância substancial e é o culminar do processo avaliativo, caracterizado por gerar informações que servirão de base à tomada de decisão, que não é apenas uma característica, mas também a sua essência. Uma fase ou componente fundamental da avaliação é constituída pela decisão que deriva da análise da informação recolhida.

A complexidade desta instância é aumentada pelo aparecimento de conflitos e quantidades significativas de incerteza, reconhecer isso nos permitirá criar mais alternativas e resolver as contradições com mais eficiência. Além disso, se for levado em consideração que as decisões geralmente são tomadas em grupo, por exemplo, o corpo docente, a diversidade de visões e opiniões enriquecerá as possibilidades e opções, mas também poderá gerar discrepâncias quanto à melhor opção disponível.

Em suma, o processo de auto avaliação, como todo processo complexo que se inicia, implica um tempo de aprendizado e amadurecimento. Portanto, não devemos nos esquecer que, à medida que se ganha experiência no assunto, sua aplicação será facilitada e os benefícios que ela trará serão mais imediatos. A própria metodologia será ajustada e refinada cada vez que a equipe responsável pelo processo, ou quem dele participa, julgar necessário até que alcance o que melhor se adapta à sua realidade, às suas necessidades e funções.

O ato de avaliar sempre foi nos apresentados com fundo negativo, desde a fala do professor ao aluno sobre provas e a tensão do mesmo de não conseguir provar o aprendizado. A avaliação na verdade segundo Lück (2009, p. 45), “é o processo de julgamento dos resultados parciais obtidos”, o que se percebe é que avaliação se tornou uma prestação de conta do “fazer diário”, trazendo possibilidades de mudar as estratégias caso não dê o resultado esperados a serem alcançados, permitindo às mudanças nas ações.

A avaliação é de caráter investigativo, que busca através das indagações trazer a tona a real condição do aprendizado na instituição, busca apresentar dados que traçam o perfil da escola, do professor, alunos e demais funcionários para através do resultado final, aponte o caminho da mudança. É importante salientar que dados devem ser armazenados constantemente do contrário não é possível avaliar o processo no final, as práticas devem ser monitoradas e registradas sempre e toda essa ação deve estar ligada ao plano de ação. A

avaliação institucional deve ser realizada com base científica, organizada, sistemática e fundamentada em documentos.

Atividades como seminários, palestras e formação continuada podem ser organizadas com convidados qualificados no assunto que apresentem experiências semelhantes e a partilha de experiências exitosas sobre o processo avaliativo, principalmente, a avaliação institucional. Assim, contribuirá para uma comunicação sistemática e adequada nos diversos níveis da interação entre os indivíduos envolvidos. A ideia sobre o processo é importante para a apropriação de conhecimentos que potencializarão uma cultura avaliativa, ou seja, produza uma cultura participativa nos atores da instituição, conferindo-lhe validade, confiabilidade e legalidade.

Garantir os princípios de confidencialidade das análises realizadas, enfatizar seu caráter corporativo, todos estão envolvidos e participam das conquistas e dificuldades sem o objetivo de individualizar responsabilidades. Tradicionalmente um processo avaliativo concebido como um fim e não como um instrumento de crescimento, aprimoramento e correção de erros era traumático. Se demorarmos em entender que se avalia para melhorar a aprendizagem dos alunos e a formação acadêmica dos professores, ou se os resultados ficam ocultos, não se pode dar feedback, a situação muda.

A avaliação institucional incorpora-se ao trabalho habitual nas diferentes áreas e se fortalece com o seu exercício, ampliando a capacidade de resolução de problemas específicos. Os critérios de avaliação comuns privilegiam os níveis de especificidade dos relatórios, dos quais devemos contrariar a ambiguidade e imprecisão de forma a servirem para uma adequada tomada de decisão. Como prática comum, a auto avaliação também seria incorporada na instância institucional.

### **1.3 Contribuição da Avaliação Institucional para a gestão democrática**

A busca por espaços de participação e reflexão com diferentes perspectivas enriquece as possibilidades de melhoria. Na fase em que cada gestor escolar, equipe da coordenação pedagógica, professor, estudante, equipe dos demais profissionais da educação podem se expressar livremente e cada um assume o compromisso de alcançar melhorias, a autoavaliação poderá ser considerada efetiva e eficaz. No entanto, os estudos tem revelado outra realidade, na qual os processos de autoavaliação promovem o comprometimento destes atores com o PPP. Isso não impede a possibilidade de haver agentes externos que façam seu

juízo de valor, embora os resultados desta avaliação externa devam ser complementados com aqueles que os membros da instituição elaboram.

Dessa forma, a participação como eixo central desse processo é uma construção progressiva. Nesses cenários, a avaliação institucional torna-se um dispositivo indispensável para a instituição pensar sobre si mesma. Portanto, a sua função essencial será formativa na medida em que oferece aos membros dessa comunidade “elementos” para intervir nesta realidade, nesse sentido, participação e autoavaliação interagem dialeticamente.

O processo de avaliação institucional não está aberto apenas à discussão, investigação e construção de informações sobre problemas, mas também à necessidade de confrontar e explicitar as tensões sobre modelos, representações da vida escolar à luz dos propósitos da escola. É um recurso para objetivar os reais pontos de concordância e discordância, potencialidades e fragilidades, construindo assim uma análise da situação inicial de cada escola frente às novas necessidades, demandas sociais, políticas e educacionais.

Lück (2009 p.16), explica que;

O objetivo maior da comunidade educacional revela-se, portanto, o de se estabelecer uma comunidade de ensino efetivo, onde persevere, coletivamente, não somente o ideal de ensinar de acordo com o saber produzido socialmente, mas o de aprender, em acordo com os princípios de contínua renovação do conhecimento, criando-se um ambiente de contínuo desenvolvimento para alunos, professores, funcionários e é claro, os gestores.

Uma das características da instituição educacional como organização é constituir uma comunidade, com visão na participação de todos os processos de ensino e aprendizagem. Partindo do princípio que a principal função da escola é oportunizar aos indivíduos o pleno desenvolvimento, seu funcionamento público passa a ser participativo e enriquecendo a convivência entre os profissionais da escola, aluno, pais e comunidade. Tornando uma cultura de participação que exige dentro de cada escola, a superação de questões meramente técnicas, individualistas e isoladas da busca do bem comum e que se incorporem as análises dos processos culturais e organizacionais comunitários, também, considerados complexos.

Pensar como comunidade, também, implica em pensar como instituição, com visão na importância de que é preciso construir instituições que tenham capacidade e legitimidade suficientes para desenvolver políticas de bem comum e, nesse sentido, que ajudem a construir quadros de longo prazo e de caráter duradouro, para se sentirem mais protegidos da incerteza que caracteriza o cotidiano.

Assim, podemos perceber a importância da avaliação com o objetivo de indagar esse processo para destacar e solidificar os objetos que farão parte dessa análise em níveis do mais

baixo para o mais alta estrutura de avaliar a educação interna e até mesmo comparações externa ao país para implementar a qualidade educacionais.

Nesse contexto, é possível perceber que a avaliação institucional tem um propósito amplo de conhecer a instituição e seus problemas com fins benéficos no desenvolvimento estratégico escolar, acrescentando uma análise crítica e reflexiva sobre a responsabilidade dos envolvidos. Além disso, é preciso compreender como é realizada a avaliação institucional atualmente; questionar qual é o conceito que os autores trazem sobre esse tema; com análise de qual situação podemos utilizar os métodos voltados para a avaliação. Esses questionamentos são imprescindíveis para que a comunidade escolar possa qualificar os planos de ações da escola.

A questão do conhecimento como contribuição e preocupação ocupa um lugar no debate político sobre a escola neste início de século, especialmente com a necessidade política pedagógica de pensar a inclusão educacional, entre outros, esses são os desafios enfrentados por seus membros.

Uma das demandas centrais da atualidade é a adoção de uma escola inclusiva. As desigualdades sociais são mais visíveis hoje, talvez mais do que nunca na história da educação, acarretando mudanças tanto nas formas de ensino, nos saberes a serem ministrados, nas relações com as famílias, quanto nas representações dos próprios alunos. Implica também que a instituição educacional, como organização complexa, se questione sobre as dificuldades da gestão social das interações entre professores e alunos, bem como entre alunos.

Estudos apontam a importância de uma gestão escolar participativa e coletiva por todos os profissionais atuantes na escola e pela a comunidade a qual a mesma, está inserida. Professores formam cidadãos com vista na autonomia social, mas em meio uma boa gestão, outros fatores são indispensáveis para obter bons profissionais atuantes na área, dentre estas, a formação continuada, a capacitação, fortalecimento do magistério, mudanças na educação através de políticas públicas e estratégias no ensino da sala de aula, Heloisa Lück (2009), traz essa abordagem.

Outro ponto que merece atenção é a importância da qualidade das avaliações no processo de ensino aprendizagem. Todo o corpo escolar deve ter acesso de forma oportuna, sólida e capaz de trazer mudanças significativas. Para Heloísa Lück (2009), esse instrumento tem uma importância para os processos avaliativos na contratação de profissionais atuantes na gestão escolar, principalmente os gestores que segundo o estudo, muitos são escolhidos pela comunidade, entretanto, não possui capacidade suficiente para exercer a função, ocasionando um prejuízo à educação. Outro fator de peso é a influência de políticos na escolha deste

profissional que causa dissensão no interior da escola, na indicação de determinado indivíduo para o cargo.

Mediante os grandes desafios no campo escolar é indispensável que o candidato a essa função, tenha responsabilidade na busca de conhecimentos e que possua habilidades e destaque na sua comunidade escolar para exercer tal função.

Um bom gestor deve desenvolver, atualizar e rever constantemente conhecimento de sua função, procurar aprofundar nós conceitos que regem sua profissão, suas estratégias de ação, também deve compreender os fatores políticos, socioculturais e educativos para que o currículo escolar não fuja a essas temáticas sociais, pois todos tem o compromisso com a cidadania.

Diante das referidas desigualdades, o papel do professor também se modifica, pois não devemos simplesmente afirmar que nossa missão é ensinar, ignorando as dificuldades sistêmicas dos alunos. Diante da análise dos processos de aprendizagem e dos resultados obtidos, devemos também encontrar respostas sobre o coletivo, ou seja, o que a organização faz para melhorar a situação dos alunos em risco acadêmico que passam pelo espaço escolar, com déficit de conhecimentos e habilidades, nesse sentido a avaliação institucional contribui com foco no diagnóstico, para evitar um resultado não satisfatório no decorrer da escolarização dos indivíduos. Segundo Síveres; Santos (2018, p. 234),

Na escola, os aspectos que mais favoreceram a implementação da avaliação institucional foram a participação da comunidade escolar, a gestão democrática e o trabalho coletivo. Onde a gestão democrática se encontra mais desenvolvida, onde há compromisso com o trabalho coletivo e participação efetiva da comunidade escolar, as chances de uma proposta de avaliação institucional prosperar parecem aumentar consideravelmente; é o que aponta a maioria dos estudos.

Somente com a visão na mudança coletiva, será possível a prática da avaliação institucional visando construir e discutir a qualidade do ensino, discutindo o que significam qualidade, inclusão, ensino, equidade para chegar a construções coletivas relevantes para esse contexto escolar democrático, o que resultará em mudanças da realidade avaliada.

Essas afirmações, esses acordos, longe de serem elaborações universais, são situacionais e obedecem a marcos ideológicos, perspectivas, crenças, o subjetivo, o implícito e o explícito da tarefa escolar. Surgindo então, uma nova demanda: colocar em discussão seus próprios pressupostos, suas próprias concepções, para chegar a acordos para além das discrepâncias. O professor conseqüentemente estará passando por mudanças importantes em sua cultura profissional.

Para que ocorra a avaliação institucional, segundo Heloísa Lück (2009), outros elementos do processo educacional são indispensáveis, o planejamento é um destes, pois é por

meio do planejamento que o professor e a gestão criam um caminho a percorrer em busca de diagnóstico da realidade escolar.

A autora aborda essa competência de forma peculiar, apontando que por meio do planejamento é possível a abertura de caminho para que a avaliação institucional ocorra de forma a superar desafios em busca de melhorias na educação. O planejamento sempre será complexo, pois atua na busca da organização e mudanças no âmbito escolar, antecipando a ação e a sua importância que perpassa a tudo e a todos.

Sem planejamento não há gestão, com a ausência da prática não haverá avaliação institucional, tudo está articulado, todos esses processos são necessários para uma boa qualidade na educação e em suas práticas continuamente. Alguns fatores ainda permanecem ocorrendo no espaço escolar, muitas instituições ainda não dão o devido valor ao processo de planejamento e avaliação. Por isso, o PPP da escola sempre abandonado em gavetas, enquanto o planejamento muitas vezes é generalizado, de outros anos letivos como aborda Heloísa Luck (2009).

Portanto, o planejamento deve ter visão na prática das ações proposta, e a busca por transformar uma realidade em outra melhor. Planejar faz parte de um conjunto de elementos que permite indagar alguns pontos: o que, para que, como, quando, onde, com quem e para quem. O planejamento deve ser aberto as mudanças, caso seja necessário.

O PPP, PDE e outros instrumentos, são projetos escolares com estruturações que auxilia o desenvolvimento do ensino e aprendizagem com foco na autonomia do indivíduo. Outro instrumento, como o Plano de Ensino, está ligado ao PPP e de acordo com as diretrizes curriculares, as ações devem ser coletivamente, e todos que fazem parte desse processo educacional tem que manter o foco, pois compreenderá e conhecerá as fragilidades e habilidades para assim desenvolver estratégias que apontarão soluções aos problemas e desafios no âmbito escolar, visando uma qualidade de ensino, seja no nível superior ou educação básica.

Como se sabe, sempre que se empreende um processo de avaliação, serão basicamente recolhidas informações que servirão de base às decisões necessárias à melhoria e cumprimento dos objetivos. Mas quais são as condições indispensáveis para a realização de um processo de avaliação institucional? O interesse e o apreço pelo processo de autoavaliação pela comunidade que o vai iniciar.

## **CAPÍTULO II**

### **A PESQUISA E SEUS COMPONENTES**

#### **2.1 Problema**

A avaliação institucional é uma ferramenta de muita importância para diagnosticar resultados e assim rever o que precisa ser modificado em uma instituição, visando aprimoramento das práticas. Todo o corpo docente deverá passar por esta avaliação, assim como também os demais atores da comunidade escolar. A avaliação institucional deverá ser pautada no Projeto Político Pedagógico (PPP) e contemplar todos os processos escolares, buscando sempre refletir sobre o desenvolvimento pedagógico. Buscamos nessa pesquisa investigar de que forma a avaliação institucional contribui para o desenvolvimento do trabalho pedagógico?

#### **2.2 Objetivos**

##### **2.2.1 Objetivo Geral**

Investigar quais as contribuições da avaliação institucional para o desenvolvimento do trabalho pedagógico com seus desafios e perspectivas, com base na revisão de literatura.

##### **2.2.2 Objetivos Específicos**

- Compreender os aspectos históricos e fundamentos legais que regem a avaliação institucional;
- Discutir acerca da importância, princípios, conceitos e concepções da avaliação institucional;
- Identificar as contribuições da avaliação institucional para a gestão democrática. .

#### **2.3 Abordagem e tipo de pesquisa**

##### **2.3.1 Pesquisa com abordagem qualitativa**

A abordagem do tipo qualitativo é considerada descritiva, analítica e indutiva. Ela permite ao pesquisador dá sua própria interpretação sobre os dados coletados, pode partir do

geral e ser vista como menos rigidez na coleta de dados. Essa abordagem se preocupa em explicar e compreender os fenômenos e seus comportamentos e porquê ocorrem. Segundo Minayo (1995, p. 21-22),

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Portanto, a pesquisa com abordagem qualitativa se preocupa em qualificar os dados com visão na ciência e uma veracidade que não se quantifica e não muda, dando significado aos resultados pesquisados.

Nesse estudo, a abordagem foi qualitativa de caráter exploratório com o objetivo compreender os fenômenos e relações sociais em um determinado contexto, obtendo assim uma estrutura não rígida que permita ao pesquisador a exploração da realidade de forma criativa, com base em enfoques científico e dinâmico. Segundo Gil (2008, p. 08),

A ciências tem como objetivo fundamental chegar à veracidade dos fatos. Neste sentido não se distingue de outras formas de conhecimento. O que torna, porém, o conhecimento científico distinto dos demais é que tem como característica fundamental a sua verificabilidade.

É muito importante que o pesquisador verifique e analise a problemática para manter o foco da pesquisa, visto a necessidade contextualização do tema, por meio da veracidade contida nas informações obtidas durante o processo investigativo. Andrade (2001, p. 121), assegura que;

A pesquisa científica é um conjunto de procedimentos sistemáticos, apoiado no raciocínio lógico e que usa métodos científicos para encontrar soluções para problemas pesquisados. A pesquisa científica é muito importante pois é responsável pela aquisição a produção de conhecimento. É por meio dela que os pesquisadores entendem o mundo e solucionam problemas que transformam o mundo em que vivemos.

Para alcançar o objetivo da pesquisa é necessário utilizar métodos eficazes que englobam a temática que a problemática aponta, com finalidade de chegar a uma conclusão do que está sendo pesquisado. A ciência ocupa um lugar papel importante nesse processo de conhecimento. Para Prodanov e Freitas (2013, p. 70),

Considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa[...]. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave. Tal pesquisa é descritiva. Os pesquisadores tendem a analisar seus dados indutivamente. O processo e seu significado são os focos principais de abordagem.

Numa abordagem qualitativa o ambiente nos traz informações diretas, sendo que o pesquisador mantém o contato com o objeto de estudos e o próprio ambiente diferente de outras abordagens. Porém, no cenário que estamos vivenciando, no que se trata de saúde pública em relação ao novo Coronavírus-Covid 19 que ocasionou pandemia no Brasil e no mundo, desde o ano de 2020 até a presente data. De acordo com as orientações da Organização Mundial de Saúde (OMS), faz-se necessário o distanciamento social com o objetivo de evitar a propagação do vírus. Para o desenvolvimento da pesquisa, procedemos leituras de livros e artigos que possibilitaram a concretização da pesquisa do tema abordado. Gil (2008, p. 50), aponta que;

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos sejam exigidos algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Partes dos estudos exploratórios podem ser definidos como pesquisas bibliográficas, assim como certo número de pesquisas desenvolvidas a partir da técnica de análise de conteúdo.

A pesquisa bibliográfica tornou-se essencial no atual cenário em que a sociedade está vivenciando, visto da necessidade de distanciamento social devido a pandemia da covid-19. Com o objetivo de garantir o desenvolvimento da pesquisa, as pesquisadoras efetivaram modificações no projeto inicial no que se refere ao percurso metodológico, por meio de novo delineamento da pesquisa. Dessa forma, optou-se pela adoção de pesquisa de abordagem qualitativa, do tipo bibliográfica.

Essa abordagem bibliográfica ainda proporciona ao pesquisador adquirir diversas informações em um curto espaço de tempo sem se deslocar a campo, mediante as diversidades de materiais disponíveis sejam eles digitam ou materiais impressos. Há outra relevância de suma importância no que se refere à pesquisa bibliográfica que é a análise de fatores históricos, pois essa permite comparações de acontecimentos passados para compreender o presente. Gil (2008, p.27), ainda aborda que;

Pesquisa exploratórias são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato. Este tipo de pesquisa é realizado especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil sobre ele formular hipóteses precisas e operacionalizáveis.

Nesse sentido, procedemos com mudanças no projeto de pesquisa, com vistas ao atendimento das orientações no que se refere ao distanciamento social devido à pandemia da Covid-19. Descartando as possibilidades metodológicas que envolveria pesquisa de campo e a necessidade de contatos diretos com os profissionais da educação.

A pesquisa de abordagem qualitativa do tipo bibliográfica oportunizou as pesquisadoras, o aprofundamento do tema em estudo, por meio do acesso a livros, artigos,

plataformas digitais. Instrumentos que possibilitam mesmo que de forma remota, o contato com informações que permitiram assim, a concretização da investigação.

### **2.3.2 Pesquisa do tipo bibliográfica e exploratória**

Toda pesquisa do campo científico passa primeiro pela pesquisa bibliográfica, esse tipo de pesquisa é constituído a partir dos conhecimentos dantes adquiridos pelo pesquisador. Através dela é possível responder indagações sobre determinadas duvidas em referidos temas. Para o seu desenvolvimento algumas etapas devem ser seguidas, segundo Gil (2002, p.59),

Para desenvolver a pesquisa bibliográfica tem que seguir um processo que envolve algumas etapas: escolha do tema; levantamento bibliográfico preliminar; formulação do problema; elaboração do plano provisório de assunto; busca das fontes; leitura do material; fichamento; organização lógica do assunto e redação do texto.

A pesquisa bibliográfica utiliza principalmente da exploração de livros, artigos, internet e outros, assim em seu processo requer tempo e estudo para o desenvolvimento das etapas da pesquisa. Fonseca (2002, p. 32), “a pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites”. A revisão bibliográfica é um dos tipos de pesquisa que tem como foco a investigação de materiais exposto para análise ou publicados.

Gil (2002, p. 41), aborda que a pesquisa exploratória é “o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições[...]. Embora o planejamento da pesquisa exploratória seja bastante flexível, na maioria dos casos assume a forma de pesquisa bibliográfica”. Nesse sentido, a pesquisa bibliográfica e exploratória tornou-se um importante meio de indagação, para a resolução do problema encontrado e aprimoramento de ideias, visto que, toda a organização propõe uma investigação profunda mesmo que seja flexível através das leituras.

### CAPÍTULO III

## ACHADOS DA PESQUISA: ANÁLISE, CONTRIBUIÇÕES E DESAFIOS DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO PEDAGÓGICO

### 3.1 Análise dos dados: O que a pesquisa nos revela

A organização da análise do referencial bibliográfico foi refletida na proposta dos objetivos, contendo um debate de ideias que possibilitaram reflexões acerca do tema, sendo registrados por meio de resumos, os pontos importantes dos teóricos sobre avaliação institucional. Durante a pesquisa bibliográfica buscamos revisar temas que pudessem contribuir e contemplar as discussões nas temáticas em estudo.

O referencial teórico foi organizado para o estudo e desenvolvimento da pesquisa bibliográfica com base nas temáticas apresentadas. Abordando sempre a contribuição da avaliação institucional para o trabalho pedagógico e qualificação da educação desde o contexto histórico, conceitos, concepções, importância e fundamentos legais que regem avaliação institucional. Para tanto, foram utilizados livros, artigos e trabalhos de conclusão de cursos para o embasamento teórico desta investigação. Possibilitando assim, conhecimentos adequados acerca do objeto de estudo, análise, novas descobertas e reflexões.

A exemplo disso, artigos que nortearam reflexões na explanação dos temas como: Avaliação institucional: instrumento de efetividade da gestão democrática de Célia Regina J. dos Santos (Curitiba, 2013), que discute a importância de consolidar esse instrumento “avaliação institucional”, como um processo necessário para a melhoria do ensino e aprendizagem de forma que viabilize a autonomia da escola; Avaliação institucional na escola pública: os (des)caminhos de uma política educacional de Mary Ângela T. Brandalise (Curitiba, 2015), busca discutir; a abordagem das políticas públicas, para a reconfiguração da avaliação institucional desde da sala de aula até a avaliação externa para ser analisado; Dimensão da gestão escolar e suas competências de Heloísa Lück (Curitiba, 2009), nos mostra a dimensão que a gestão tem para manter a escola, corpo docente e comunidade na participação ativa refletindo na qualidade do ensino, democratização e participação de todos; Avaliação institucional na educação básica: desafios da implementação de Luiz Síveres e José Roberto de S. Santos (São Paulo, 2018), faz uma análise da avaliação institucional como uma implementação para o ensino; Avaliação institucional da escola pública de Elizete Becher

(Curitiba, 2016), destaca a perspectiva da avaliação institucional no processo da auto avaliação e em uma gestão democrática para o desenvolvimento pedagógico coletivamente; Avaliação institucional na escola pública brasileira: mecanismo contraditório e complementares na educação de Luciana Cordeiro Limeira (Brasília, 2012), discute avaliação institucional interna e externa no âmbito educacional para contribuir no desenvolvimento do trabalho pedagógico e outros.

### **3.2 Contribuições da Avaliação Institucional**

Essa pesquisa traz como principal contribuição da avaliação institucional, a qualificação do processo de ensino e aprendizagem, pois através de sua aplicação foi possível ressignificar a avaliação institucional, promovendo assim mudanças, fortalecendo o coletivo e reafirmando competência no âmbito educacional da organização do trabalho escolar.

Lück (2012), traz uma contribuição importante sobre o que é a avaliação institucional e para que esta realmente serve e aborda que este instrumento avaliativo deve ter a finalidade de “autoconhecimento, permitindo se conhecer, destacando virtudes, potencialidades, reconhecer limitações, dificuldades e procurando caminhos para superá-los”.

Percebe-se mediante ao processo da avaliação institucional que esses instrumentos vieram para ajudar no desenvolvimento do ensino aprendizagem de professores e alunos, no entanto não se pode se servir dele para cometer punições. A eficácia da avaliação institucional deve ter como foco a melhoria do ensino, mediante os avanços notáveis, dentre eles: organização do e pedagógico, trabalho com metas, os profissionais trabalho administrativo devem buscar estratégias para ministrar uma aula mais interessante. Alguns instrumentos avaliativos como o SAEB, Prova Brasil e INEP, mostram através de seus resultados os dados educacionais, sendo estes de fundamental importância para avaliar o processo de aprendizagem através dos índices apresentados. E avaliação institucional veio para apontar caminhos para as mudanças necessárias, superando assim as fragilidades indicadas por estes instrumentos.

Falar de avaliação institucional sem percorrer o seu contexto histórico, gera mais preconceito e resistência no âmbito educacional no que se refere a aplicação desta. Sempre vista como meio de punição e controle, a avaliação por anos tinha apenas o foco no aluno, não havia preocupação em avaliar a instituição como um todo. Portanto, ocorreu uma mudança significativa, a qual houve resistência por acreditarem que esta poderia retirar a autonomia escolar.

Muitos fatores ainda contribuem para a manutenção desta resistência a avaliação institucional, dentre elas podemos aqui citar a falta de profissionais capacitados para aplicação desta, a ausência de aprofundamento em conhecer de fato o que é a avaliação institucional e sua real intencionalidade como um instrumento avaliativo de grande importância para contribuição na melhoria do ensino e aprendizagem.

Nesse contexto, avaliar vai além dos pontos adquiridos em provas aplicadas em sala de aula, e para que se ampliem as transformações escolares de forma positiva faz-se necessário a abertura para o novo. Com o propósito de conhecer e superar limites que são denotados e impostos para as instituições educacionais. Portanto, os resultados apresentados por meio da avaliação institucional oportunizam a explicitação das intencionalidades, expectativas, resultados e reafirmação de valores.

### **3.3 Desafios da Avaliação Institucional**

A avaliação institucional fomenta um grande desafio que é a dificuldade no ato de avaliar o todo, com responsabilidade e respeito. Tendo em vista, a cultura que a instituição e os indivíduos estão inseridos, superando preconceitos e considerando o contexto para manter o sucesso do processo que envolve a avaliação institucional. Nesse sentido, é possível garantir a legitimidade e o dinamismo que contribuem na superação deste ato.

Fernandes (2002), afirma que avaliação institucional não se utiliza para sentenciar de forma a punir ou castigar, nem tão pouco para conquistar recompensas, mas sim é um instrumento de relacionamento e, portanto, para o crescimento de todos com foco na conquista da autonomia interpessoal e da instituição. Por isso, avaliação institucional tem um desafio no processo educacional, implementando mudanças no âmbito educacional, mediante as estratégias utilizadas, a fim de compreender a importância de superar os conflitos e contribuir para o processo de ensino e aprendizado sendo desenvolvidas propostas para as demandas atuais com o envolvimento de todos.

A elaboração desse novo instrumento que consiste em estabelecer metas com a diversidade institucional e mostrar estratégias para conseguir resolver os problemas diagnosticados através dos resultados obtidos no processo da avaliação institucional, requer técnicas para conseguir transformação e organização para a prática da mesma.

Outro desafio é a participação de profissionais da área de avaliação institucional, que poderão dar orientação específica sobre a dinâmica do processo de avaliar o conjunto com

planejamento, ações e estratégias para o bem comum, assim, facilitarão o alcance dos objetivos desejados.

Ainda há muito o que aprofundar sobre discussões referentes a avaliação institucional no que se refere ao contexto educacional, principalmente na licenciatura de pedagogia, que em seu currículo deveriam abordar essa temática de forma mais acentuada, dada a importância desta para a formação do pedagogo e seu fazer pedagógico.

Há uma necessidade de mais produções com o tema avaliação institucional, pois ainda não se dá a verdadeira importância na contribuição, melhoria e desenvolvimento pedagógico, com o uso deste instrumento que é a avaliação institucional para a qualificação do ensino e aprendizagem. Tendo em vista a importância da aplicabilidade deste instrumento algumas inquietações são impertinentes, destas podemos aqui citar de o porquê ser facultativo a aplicação da avaliação institucional para as instituições educacionais privadas, enquanto para as públicas ser obrigatória a cada dois anos, outra questão de muita relevância está relacionada o ato de fiscalizar, porém, esta não ocorre tendo em vista, que não há um órgão responsável para realizar esta fiscalização.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos desenvolvidos sobre avaliação institucional permitem inferir que o desafio de avaliar o sistema educacional como um todo, apesar de sua importância ser essencial ao sucesso dos processos do ensino e aprendizagem, o que se percebe são as inúmeras formas de resistência ao processo de avaliar. Isto se deve ao fato de refletir diretamente nas estruturas de forma geral no âmbito educacional. Dentre os quais, o medo de perder autonomia escolar, falta de conhecimento sobre o processo de avaliação institucional, falta de pessoas instruídas para aplicação desta.

O exercício do ato de avaliar é presente durante toda vida humana e em todos os campos sociais e sempre haverá resistência. Porém, no âmbito educacional é necessário superar esse pensamento, pois a avaliação institucional contribui diretamente para a qualidade do ensino, por meio desse processo avaliativo são identificadas as fragilidades e potencialidades existentes no contexto escolar. A partir dessa premissa, os atores escolares poderão traçar novos métodos e caminhos para a efetivação de mudanças que tenham o foco no sucesso do desenvolvimento pedagógico que envolve diretamente os processos de ensino e aprendizagem.

A avaliação institucional antes mesmo de ser implementada requer a apresentação de forma clara e objetiva acerca dos critérios a serem avaliados, com conhecimento por todos os participantes. Portanto, a avaliação institucional deve ser concebida como um instrumento que facilita transformações, na busca de melhoria na qualidade do ensino. O processo avaliativo faz parte de todos nossos contextos de vida, avaliar significa acompanhar o processo e provar o resultado ao final de um percurso. Avaliar é certificar que ao final, os objetivos pré-estabelecidos serão alcançados. Dessa maneira, ao avaliar é preciso ter o cuidado de analisar o contexto em que a escola está inserida, desde suas relações interpessoais entre profissionais, alunos e comunidade.

É importante destacar que a realização desta investigação oportunizou o entendimento das dificuldades enfrentadas por toda comunidade, corpo docente e gestores escolares no desenvolvimento dos processos de avaliação institucional. Nesse sentido, o aprendizado em conjunto proporciona discernimento e amplia a busca coletiva pela premissa da resolução dos problemas que interferem na qualidade educacional. Portanto, a avaliação institucional deve fornecer subsídios para a efetivação de processos educativos com qualidade educacional e social.

Na maioria das vezes, o grande erro da avaliação institucional consiste em avaliar o fim, e não o processo em todas as fases. Além disso, outros elementos importantes se refere a individualidade dos estudantes, as fragilidades existentes nas instituições, a falta de análise dos dados obtidos e a busca por mudanças voltadas para a qualidade educacional. Para tanto, faz-se necessário que a comunidade escolar conceba a avaliação institucional como importante instrumento que contribui significativamente para a transformação do ambiente escolar, dos processos de ensino e aprendizagem e o desenvolvimento de cultura avaliativa que prime pela participação e o envolvimento de todos.

É preciso reconhecer que há uma necessidade de ampliar as discussões acerca da avaliação institucional, em todos os âmbitos da educação, contendo principalmente uma avaliação que seja democrática e formativa, contribuindo para o desenvolvimento do trabalho pedagógico e na condução dos resultados que proporcionará melhorias no processo de ensino e aprendizagem. Esperamos ter contribuído de forma significativa com essa pesquisa, para a reflexão e análise desta temática.

## REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico:** elaboração de trabalhos na graduação. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2001.
- BELLONI, Isaura; MAGALHÃES, Heitor de; SOUSA, Luzia C.: **Metodologia de avaliação em políticas públicas:** uma experiência em educação profissional. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- BRANDALISE, Mary A. T.: **Avaliação institucional da escola:** conceito, contexto e prática. Ponta Grossa, 2010.
- DIAS SOBRINHO, José; BALZAN, Newton César. **Avaliação institucional:** teoria e experiência. São Paulo: Cortez, 2005.
- ESTEBAM, Maria Teresa. **Escola, currículo e avaliação.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- FERNANDES, M. E. A. **Avaliação institucional da escola e do sistema educacional:** Base teórica e construção do projeto. 2 ed. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2002, Coleção Magister.
- FERNANDES, Maria Estrela Araújo. **Avaliação institucional da escola e do sistema educacional:** base teórica e construção do projeto. Fortaleza, Demócrito Rocha, 2007.
- FREIRE, Paulo: **Pedagogia da Autonomia,** São Paulo – SP, Paz e Terra, 1996.
- FREITAS, I. M. A.C.; SILVEIRA, A.: **Avaliação da educação superior.** Florianópolis: Insular, 1997.
- FREITAS, Luiz Carlos de et al. **Avaliação educacional:** caminhando pela contramão. Petrópolis. RJ: vozes, 2009.
- GIL, Antônio Carlos, 1946- **Como elaborar projetos de pesquisa.** - 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** - 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.
- LEINEKER M. S. L.; VALENTINI M. T. P.; VARGAS M. R. S.: **Avaliação da Aprendizagem e Institucional:** promoção de visibilidade educativa e melhoria de qualidade de vida. v.9 nº1, Guarapuava, Paraná, 2008.
- LIMEIRA, Luciana Cordeiro: **Avaliação institucional na escola pública brasileira:** mecanismos contraditórios e complementares na educação. Universidade Católica de Brasília, 2002.
- LÜCK H. **Gestão Educacional: uma questão paradigmática.** 9 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

LÜCK Heloísa: **Planejamento em orientação educacional**. 17. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.  
 LÜCK, H. **A gestão participativa na escola**. 10. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.  
 LÜCK, Heloísa. **Dimensões de gestão escolar e suas competências**. Curitiba: Editora Positivo, 2009.

LÜCK, Heloísa: **Gestão Participativa na Escola**. Petrópolis: v. III. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

LUCK, Heloísa: **Perspectivas da avaliação institucional da escola**.v.VI. Petrópolis : Vozes, 2012.

MENEZES, E. d. C. P. d: **Informática e educação inclusiva: Discutindo Limites e Possibilidades**. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2006.

MINAYO, M.C.S(Org.): **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1995.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Métodos e técnicas de pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

ROCHA, A. P: **Avaliação da escola**. Lisboa, Editora Asa, 1999.

SANTOS, Célia Regina Julião dos. **Avaliação Institucional: Instrumento de efetividade da gestão democrática**. PDE-Vol. II, Paraná, 2013.

SÍVERES, L; SANTOS, JOSÉ ROBERTO DE SOUZA: **Avaliação institucional na educação básica: os desafios da implementação**. São Paulo, v 29, nº 70, 2018.

SULZBACH, C. dos P. **O processo histórico de construção do projeto político-pedagógico nas escolas públicas do município de Chapecó – SC**, 2011.

#### **SITES DA INTERNET**

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em < [www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br) >. acesso: 04/06/2021 às 14:06

BRASIL, PNE, - **Plano Nacional de Educação** . nº13.005, de 25 de Junho de 2014. Disponível em< <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2014/lei-13005-25-junho-2014-778970-publicacaooriginal-144468>>. acesso: : 04/06/2021 às 14:20

BRASIL. **Regulamenta a política nacional de avaliação e exames da educação básica:**

Decreto nº 9.432, de 29 de junho de 2018< <https://legislacao.presidencia.gov.br>>, Base Legislação da Presidência da República. Acesso: 04/06/2021 às 14: 40

<http://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>>. Acesso em 12 Mar. 2020.

<http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/saeb?start=40>  
<https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/historia>  
<http://portal.inep.gov.br/web/guest/sobre-o-inep/institucional>